

ATA Nº 5

Aos vinte e cinco dias do mês de junho, do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia de Freguesia de Colmeias e Memória, no salão do edifício sede da Junta de Freguesia, sito na rua Alfredo de Sousa Brandão, nº 71, lugar da Eira Velha, de acordo com o disposto na alínea a), do artigo 11, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para uma sessão ordinária com a seguinte Ordem do Dia:

- 1- **Aprovação da ata da sessão anterior;**
- 2- **Informação escrita do senhor presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade desta e da situação financeira da freguesia- Apreciação**
- 3- **Modificação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências para a Gestão e manutenção do Pavilhão Desportivo Municipal- Apreciação, discussão e deliberação”**
- 4- **Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito da Educação- Apreciação, discussão e deliberação”**

Pelas vinte e uma horas e dezoito minutos, e verificando-se a falta da senhora Ana Lopes, o senhor presidente da Assembleia saudou os presentes, declarou aberta a sessão e relembrou a ordem do dia com a sua leitura.

Entrou-se no período antes da ordem do dia tendo-se inscrito a senhora Anabela Lourenço para questionar se o documento com a “informação escrita” do senhor presidente da Junta tinha sido enviada, pois ela não a tinha recebido. Disse ainda que gostaria de saber quais as obras em curso na União de Freguesias assim como as que entretanto se tencionavam fazer, pois segundo sabia, havia obras solicitadas por algumas pessoas e tinha curiosidade em saber em que situação se encontravam. Salientou ainda que as bermas das estradas, apesar de já terem sido limpas, mas devido às chuvas, precisavam novamente de intervenção. Também alertou para a necessária reparação de alguns caminhos e estradas.

O senhor presidente da Junta de Freguesia, saudou os presentes e disse que as obras de maior vulto que se estavam a realizar, eram as instalações para a feira da Memória e as obras na estrada de Lagares. Além daquelas obras em curso estavam a ser feitos projetos para futuras obras. Quanto aos problemas com reparação de estradas solicitou à senhora Anabela que fosse mais específica. Relativamente ao corte de ervas nas bermas, a equipa capinadora andava a fazê-lo mas como devia compreender, o ano tinha sido chuvoso e não havia hipótese de chegar ao mesmo tempo a toda a freguesia.

Tomou a palavra a senhora Anabela para dizer que a estrada/caminho em causa era a via que vai do Outeiro ao Casal do Monte onde o senhor Casalinho tinha colocado pedras e remexeu terras. Perguntou ainda se já havia melhor abertura por parte do SMAS relativamente às obras de saneamento.

Respondeu o senhor presidente da Junta de Freguesia que o dito senhor fez uma vala na estrada e na mesma altura também tentou destruir outro caminho junto à estrada principal do Casal do Monte. Após a sua intervenção, este teve de repor o que tinha destruído. Quanto ao caminho onde foi feita a vala, brevemente a Junta iria intervir de modo a repará-lo. No que tocava à colocação de alcatrão, já tinha sido feito um levantamento e assim que o tempo o permitisse a empresa António Luís Gomes iria proceder à colocação do mesmo nos locais mais precisados. Quanto ao saneamento, disse que o SMAS estava a passar um grave problema quanto à execução de projetos pois a Junta de Freguesia tem o projeto praticamente concluído da parte do Valongo, Casal do Monte, Feijão, Igreja Velha, Bouça, e Barracão e dispôs-se a incluir dentro destes projetos

o projeto do SMAS mas tendo em conta o atraso por parte deste, a Junta acabou por não esperar mais e tenciona entregar estes projetos até final do ano à Câmara Municipal. Relativamente à parte da Memória não será no próximo mandato, pois a Câmara Municipal diz que o investimento a fazer não será rentável, devido à falta de população.

Pediu a palavra o senhor Rui Lagoa para manifestar o seu desagrado pelo facto dos pedidos que fez em assembleias anteriores ainda não terem sido resolvidos nomeadamente a colocação de sinais de trânsito na descida da Raposeira para as Colmeias, aplicação de placas toponímicas indicativas de direção e a reparação/desvio do tubo de águas pluviais que está dentro da paragem dos autocarros na Raposeira. Referiu que este último problema teria um custo na ordem dos cinquenta euros o que não era significativo.

Como resposta o senhor presidente da Junta de Freguesia afirmou que relativamente à paragem de autocarros foi entregue uma lista na Câmara Municipal com várias dezenas em falta, aguardando-se resposta. Se a Junta de Freguesia tivesse capacidade financeira para resolver muitos dos problemas existentes já o teria feito, dado que só possui uma receita de cerca de cem mil euros anuais. Por outro lado, infelizmente, a Junta de Freguesia ficou sem dois trabalhadores o que prejudica a execução de pequenas obras/reparações. Referiu ainda que foram feitas obras no valor de mais de setecentos mil euros no lugar da Raposeira e Casal da Raposeira.

Inscreveu-se o senhor Carlos Sousa para se possível, ser esclarecido relativamente à classificação de um caminho vicinal/serventia existente na Lameiria, que vai das proximidades da casa do senhor Albino Marto, passando por um pequeno vale até à casa do senhor Manuel Antunes. Gostaria de saber se tal caminho é público, pois se o for, o mesmo não se encontra transitável até à sua parte final. Foi limpo em parte, há cerca de dois anos, mas já existe um troço em que já crescem silvas e vegetação.

Respondeu o senhor presidente da Junta de Freguesia afirmando que tal caminho é um caminho público vicinal, propriedade da Junta de Freguesia e que a mesma tem vindo a esclarecer as dúvidas, que por vezes são da própria Câmara Municipal, levando esta a dar uma má informação às próprias pessoas. A Câmara Municipal deu um parecer sobre o referido caminho, dizendo que o mesmo, como não tinha água, não tinha luz, não tinha asfalto; logo não era um caminho público. O senhor presidente da Junta aproveitou ainda para esclarecer a classificação dos caminhos públicos, as entidades a quem pertencem e fazer referência à lei de mil novecentos e quarenta e três que os classifica, dizendo que a Junta de Freguesia tem competência para abrir caminhos que tenham desaparecido, com recurso a duas testemunhas. Relativamente à limpeza do mesmo, disse que se torna difícil limpar os setecentos quilómetros de caminhos vicinais da freguesia recorrendo apenas ao IMI rústico da União de Freguesia que é na ordem dos três mil euros. A seu tempo iria ser limpo.

Pediu a palavra o senhor Miquelino Santos para perguntar por que motivo, apesar de na última reunião de Assembleia de Freguesia ter sido dito que esta reunião seria realizada na Memória, tal não se verificou. Questionou ainda, se não seria possível substituir os dois funcionários da Junta de Freguesia em falta, por outros.

Usou da palavra o senhor presidente da Junta de Freguesia dizendo que devido à falta de funcionários administrativos (por doença ou licença de maternidade) para pedir o espaço físico e fazer todo o trabalho logístico, levou a que tal não fosse possível. Relativamente à substituição de funcionários até se poderia pensar em levar por diante a substituição do senhor Adelino, mas devido à sua competência e empenho, seria difícil a sua substituição. O senhor Diamantino veio de certo modo colmatar essa falha mas neste momento também foi trabalhar uns meses para França.

Pediu a palavra o senhor Adriano Santos para dizer que a estrada que vai do IC2 para Agodim de Cima e que foi alcatroada há relativamente pouco tempo, já começa a degradar-se em alguns locais nomeadamente junto a uma boca de incêndio. Questionou ainda sobre o caminho do Monte, que apesar de vez em quando haver intervenção com niveladora, quando chove, há uma grande acumulação de água. Gostaria ainda de saber, relativamente às limpezas florestais, o que irá acontecer com os proprietários incumpridores na limpeza, dado estarmos em junho e verificar-se que existe ainda muito por limpar. Disse que se as autoridades não autuassem para o próximo ano teríamos muito mais incumpridores.

Respondeu o senhor presidente do executivo dizendo que a via em causa é extremamente penalizada com os veículos que nela circulam em excesso de peso. Houve uma alteração à lei que rege a circulação de veículos pesados dando a possibilidade de carregar até setenta toneladas aos camiões de argilas assim como aos madeireiros. Quando temos políticos que se regem pela amizade e compadrios o resultado é este. A Junta teve de pagar cerca de nove mil e tal euros mais IVA para asfaltar aquela via e parece que nada há a fazer. Houve igualmente o compromisso por parte das empresas de extração de inertes de asfaltar essa via e a do Monte, tendo inclusivé a Junta de Freguesia elaborado um caderno de encargos com os trabalhos a realizar no valor de sessenta mil euros. Na estrada do Monte foram colocados sinais a interditar a circulação de pesados, mas estes não os respeitam. A Câmara Municipal só disponibilizou cem mil euros anuais para asfalto de vias o que é meramente insuficiente. Relativamente às limpezas florestais estamos perante uma fantochada política pois as finanças não disponibilizam os nomes dos proprietários e depois a Junta é solicitada pela GNR para os identificar. Basta irem às conservatórias, e identificar quem paga o IMI. Em caso de necessidade, iria recorrer a um elemento da GNR que foi enviado para Santarém, pois trata-se de uma pessoa integra e competente para resolver problemas deste teor, dado que se verificam casos de incompetência por parte de alguns elementos da GNR para fazerem cumprir a lei.

Deu-se início ao período da ordem do dia.

Ponto um”- Aprovação da ata da sessão anterior;

Foi posta à votação a ata da sessão anterior tendo sido aprovada por unanimidade.

O senhor presidente da Assembleia de Freguesia propôs à mesa que os pontos dois, três e quatro fossem aprovados por minuta, pois havia urgência em que esta aprovação entrasse na Câmara Municipal de Leiria para que pudesse ser aplicada de imediato.

Posta esta proposta à votação, foi aprovada por unanimidade

Ponto dois - “Informação escrita do senhor presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade desta e da situação financeira da freguesia - Apreciação;”

Inscreveu-se o senhor Adriano Santos para solicitar um esclarecimento relativo à discrepância com as refeições escolares servidas entre o mês de abril e o mês de maio, em cerca de duzentas e tal refeições.

Respondeu o senhor presidente da Junta de Freguesia que tal se deveu à interrupção escolar da Páscoa.

Passou-se ao ponto três - “Modificação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências para a Gestão e manutenção do Pavilhão Desportivo Municipal- Apreciação, discussão e deliberação”

O senhor presidente da Junta fez uma intervenção que a seguir se transcreve:

“Em relação ao ponto 3, a modificação do contrato interadministrativo de Delegação de Competências para a Gestão e Manutenção do Pavilhão Desportivo Municipal a votar, vem dar uma maior abrangência á distribuição da verba de 6.000,00€ que até á presente data se destinava exclusivamente a

pequenas reparações e manutenções de que o pavilhão carecesse. Com a alteração do atual protocolo, é permitido adquirir equipamentos diversos inclusive desportivos o que representa uma maior valia. É também prevista uma verba mensal de 100,00€ destinada ao Diretor técnico do pavilhão, função esta até á presente data desempenhada por um funcionário da Câmara.

Dado que o Professor Fábio vai a partir do mês de junho ser admitido como funcionário desta União de freguesias por força de Lei, através da incorporação dos precários que se encontravam a exercer funções nesta junta, a titulo informativo, esta função vai ser desempenhada pelo próprio, o que demonstra de certa forma as capacidades que têm vindo a ser desenvolvidas no quadro dos recursos humanos desta Junta.

Dado as circunstâncias, o Professor Fábio já foi convidado para ser o responsável técnico de outros pavilhões do concelho.”

Usou da palavra o senhor presidente da Assembleia para dizer que estava com uma dúvida, pois como o professor Fábio iria trabalhar noutros concelhos, nesse caso a Junta de Freguesia ficaria desfalcada algumas horas desse funcionário.

Respondeu o senhor presidente da Junta dizendo que o professor Fábio iria desempenhar funções como técnico desportivo mas fora do horário de trabalho, e pago por outras Juntas de Freguesia, auferindo os cem euros que eram recebidos pelo funcionário da Câmara Municipal.

Não havendo mais questões sobre o ponto três passou-se de imediato à sua votação tendo sido aprovado com os votos dos elementos da lista do P.S. presentes, do senhor Rui Lagoa e com duas abstenções da senhora Anabela Lourenço e do senhor Miquelino Santos.

Ponto quatro – “Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito da Educação- Apreciação, discussão e deliberação”

O senhor presidente da Junta de freguesia fez uma intervenção que se transcreve:

“Em relação ao ponto 4, a respetiva modificação ao contrato interadministrativo da Delegação de competências no âmbito da Educação, este contempla a atribuição de uma verba no valor de 50.000,00€ que vai ser distribuída pela escola de Agodim e Bouça, estando predestinada para Agodim ao sistema de aquecimento, substituição de caixilharias em alumínio (portas e janelas), vidros existentes por vidros duplos e aplicação de uma alpendorada junto da entrada para o jardim de infância, estando contemplado para a Bouça a execução de muros de suporte de terras, melhoramento dos muros que delimitam as áreas de recreio, acessos ao jardim de infância, pinturas, gradeamentos.”

Disse ainda que a Junta de Freguesia tinha feito um levantamento exaustivo com a ajuda do professor Carlos Caetano em que analisou as necessidades pertinentes quer ao nível de conforto, quer de infraestruturas e que foi direcionado a todos os estabelecimento de ensino da freguesia (jardins de infância e escolas do primeiro ciclo) onde o valor do total é de cerca de quatrocentos e setenta mil euros. A Câmara disponibilizou cinquenta mil euros este ano, mas convém saber que existia da parte da Câmara um compromisso para a construção de um Centro Educativo nas Colmeias. A Junta assim não entendeu e preferiu que parte da verba destinada a essa obra fosse aplicada em todas as escolas da Freguesia de modo que continuem abertas. O valor para construção do centro educativo seria de um milhão e seiscentos mil euros com recurso a oitenta e cinco por cento de fundos comunitários, mas sem essa construção será mais que evidente que a Junta não irá receber esse montante, mas se der quinhentos mil euros já seria muito bom.

Interveio o senhor presidente da Assembleia para afirmar que tinha andado de escola em escola a inteirar-se da estrutura dos edificios, conforto, telecomunicações, mobiliário... e que as carências se faziam sentir. Verificou que naquele momento só havia

disponibilidade de cinquenta mil euros num universo de quinhentos mil euros, o que se tornava verdadeiramente insuficiente para as carências que observou nos diferentes estabelecimentos de ensino. Questionou o senhor presidente da Junta de Freguesia se os restantes quatrocentos e cinquenta mil euros viriam mesmo e seriam aplicados nas escolas ou se era só uma promessa.

Respondeu o senhor presidente da Junta de Freguesia dizendo que esperava que não fosse uma miragem. Tinha estado com a senhora Vereadora da Educação na festa de encerramento da escola da Bouça e ela tinha saído de lá maravilhada quer pelo trabalho das funcionárias durante os almoços, quer pelo que era feito ao nível pedagógico, quer ainda pelos protocolos que a Junta de Freguesia tinha celebrado com entidades privadas ao nível de fornecimento dos almoços dos alunos.

Inscreeveu-se o senhor Miquelino Santos para perguntar se, como se está a apostar na triangulação das três escolas com os respetivos investimentos, iríamos continuar a ter alunos suficientes.

Afirmou o senhor presidente da Junta que, se se conseguisse avançar naquele projeto que é inédito no concelho e se calhar até no país, todos teríamos a ganhar, não tendo dúvidas que muitos pais teriam todo o gosto em colocar lá os filhos. O que esta Junta tem tentado fazer desde há nove anos, é tentar criar indústria, zona habitacional e comércio de modo a aumentar o número de alunos nessas escolas de modo a travar a desertificação.

Não havendo mais intervenções, foi este ponto proposto à votação, sendo aprovado com seis votos a favor dos elementos do P. S. e do senhor Rui Lagoa e com duas abstenções da senhora Anabela Lourenço e do senhor Miquelino Santos.

Após a elaboração da minuta, o senhor presidente da Assembleia procedeu à sua leitura em voz alta.

Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, pelas vinte e duas horas e quarenta e um minutos, desejando boa noite aos presentes, da qual será lavrada a presente ata, que, posteriormente será aprovada pelos elementos da Mesa da Assembleia, trancada e assinada.

O Presidente da Assembleia _____

O Primeiro Secretário _____

O Segundo Secretário _____